

Editorial

O SINDICALISMO AUTÓNOMO E INDEPENDENTE NÃO ESCOLHE EMPREGADORES SEJAM ESTES PÚBLICOS OU PRIVADOS

TRABALHADOR DO SECTOR DAS COMUNICAÇÕES

A recente conflitualidade laboral que tem vindo a acontecer no **Grupo ALTICE/PT/MEO**, resulta das medidas da actual gestão, que no nosso entender não salvaguardam devidamente o direito ao trabalho e a segurança no emprego da comunidade laboral.

Temos tido uma intervenção sindical junto das Empresas e dos poderes públicos e institucionais, **apresentando propostas concretas**, sendo, nomeadamente, **a única organização sindical** que apresentou uma proposta de alterações ao Código do Trabalho, por forma a impedir “abusos de direito” por parte das entidades empregadoras.

No entanto, entendemos que a mediatização da Comunicação Social, tem sido utilizada pelo movimento sindical partidário (**CGTP e UGT**), como uma questão de escolha de gestores empresariais (**o PCP e os Sindicatos que controla, defendem, voltando ao PREC de 1975, de que a PT deve ser nacionalizada**) uma situação que em **democracia pluralista – o menos mau dos regimes, como dizia o grande estadista inglês do século XX, Winston Churchill, vencedor da II Grande Guerra Mundial – não deve ser um papel dos Sindicatos, que são parceiros sociais, e não correias de transmissão partidárias.** ➔2

**COMISSÃO EXECUTIVA DA USI,
APRESENTA PROPOSTA PARA
O OE 2018**

04



**REUNIÃO DA DIREÇÃO EXECUTIVA DO
SICOMP, DECIDE APRESENTAR PROPOSTA
DE AUMENTOS SALARIAIS PARA TODAS AS
EMPRESAS DO SETOR ➔ P.3**



**PONTO DA SITUAÇÃO
SÓCIO-LABORAL ➔ P.5,6,7**



**CTT|REUNIÃO PERIÓDICA
ADMINISTRAÇÃO/SICOMP ➔ P.2**



**RTP|PONTO DA SITUAÇÃO
SÓCIO-LABORAL ➔ P.8**

O SINDICALISMO AUTÓNOMO E INDEPENDENTE NÃO ESCOLHE EMPREGADORES SEJAM ESTES PÚBLICOS OU PRIVADOS

(Continuação da página anterior)

O SICOMP desde a sua fundação continua a basear a sua intervenção no Sector das Comunicações **com autonomia e independência**, procurando consensos laborais e profissionais com todas as Empresas, sejam estas públicas (**como a RTP**) quer sejam privadas como a **PT, os CTT, a NOS, etc...**

Consideramos que estes princípios devem ser também respeitados pelos poderes políticos e institucionais.

Estranhámos por isso a intervenção do **1º Ministro, António Costa**, na Assembleia da República, a propósito dos trágicos acontecimentos de **Pedrógão Grande em Junho de 2017**, quando afirmou que já tinha tomado uma opção quanto à escolha do operador

de telecomunicações a usar – **dando claramente a entender não ser cliente da PT/MEO/ALTICE.**

Esta questão não deve ser “**arma de arremesso**” a utilizar por um responsável político máximo (**o que torna a declaração mais grave**) do país, publicamente, num debate parlamentar.

O SICOMP – um Sindicato formado há 28 anos – continuará a atuar conforme a sua Declaração de Princípios, aprovada no seu I Congresso, em **1990**, Hotel Sheraton, Lisboa, baseada na vontade de **dialogar, negociar e obter plataformas de acordo** em todas as Empresas do Sector das Comunicações, visando os interesses legítimos dos trabalhadores e uma boa gestão empresarial, **que garanta a sua sustentabilidade, e a consequente ocupação e manutenção dos postos de trabalho.**



**CTT | REUNIÃO PERIÓDICA
ADMINISTRAÇÃO/SICOMP
UM ENCONTRO POSITIVO
E NECESSÁRIO
(11 DE MARÇO DE 2017)**

Como tínhamos informado no nosso Jornal nº. 9/17 de 30 de Setembro, realizou-se na Sede dos CTT, Parque das Nações em Lisboa, a habitual reunião bi-mensal entre a Gestão dos CTT, Sr. Administrador **António Pedro Silva**, DRH, **Dr. António Marques** e responsável dos Serviços Jurídicos dos CTT, **Dra. Luisa Alves** e o SICOMP (**Victor Martins, Manuel Fernandes, Maria João Serro e Paulo Gonçalves**, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, Tesoureira e Vogal da Direção Executiva).

Além da troca de cumprimentos de apresentação do novo Administrador de Recursos Humanos, foram analisadas questões concretas como a **situação do desenvolvimento do Banco CTT** (já com mais de 200 balcões), **dos horários do CPLN e da Reestruturação Empresarial** que está a ser preparada pela Gestão dos CTT.

O SICOMP pugnou pelo respeito dos mais legítimos e elementares direitos dos trabalhadores.

SICOMP | UM SINDICATO RIGOROSO E INTERVENTIVO AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES DAS COMUNICAÇÕES



REUNIÃO DA DIREÇÃO EXECUTIVA DO SICOMP



SINDICALIZA-TE NO SICOMP REFORÇA O SINDICALISMO AUTÓNOMO E INDEPENDENTE

Presidida pelo Presidente da Direção Nacional, **Victor Martins**, realizou-se no dia **11 de Outubro de 2017**, uma reunião da Direção Executiva, na Sede do Sindicato, em Lisboa.

Esta reunião analisou com **profundidade** a situação político laboral nas Empresas do Sector das Comunicações e aprovou por **unanimidade um Documento**, sobre a atualização salarial anual a apresentar às várias Administrações das Empresas do Setor, propondo um **aumento salarial igual para todos os trabalhadores** abrangidos pelos IRCT, no valor de **€ 30,00**, proporcionando a reposição do poder de compra perdido pela comunidade laboral e uma **diminuição do leque salarial, aproximando os salários mais baixos dos mais elevados**.

O valor proposto é inteiramente justo e justificável, tendo em consideração, os valores das taxas de inflação verificadas nos últimos anos e a situação dos aumentos salariais aplicados nas várias Empresas do Sector, de acordo com os quadros a seguir apresentados (Quadro I e II) :

Quadro I			Quadro II	
ANO	TAXA DE INFLAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES		
2015	0,5		PT	Ultima atualização salarial em Junho de 2013 (1%)
2016	0,6		CTT	As atualizações salariais obtidas, apesar de anuais têm sido inferiores à taxa de inflação
2017	1,4	Esperada	RTP	Sem qualquer atualização salarial, desde 2009.
2018	1,5	Previsões do Banco de Portugal		
Estas taxas de inflação somadas nestes 4 últimos períodos económicos é de 4,0% .				⇒4

REUNIÃO DA DIREÇÃO EXECUTIVA DO SICOMP

(Continuação da página anterior)

Quanto à situação laboral e social, verificada nas várias Empresas, a Direção Executiva reafirmou o seu empenho e determinação na defesa dos seguintes princípios : **DEFESA DO DIREITO AO TRABALHO - DEFESA DA SEGURANÇA NO EMPREGO - DEFESA DA CONTRATAÇÃO COLETIVA - DEFESA DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS - REUNIÕES PERIÓDICAS GESTÃO/SICOMP.**

USI – UNIÃO DOS SINDICATOS INDEPENDENTES APRESENTA MEDIDAS PARA O ORÇAMENTO DE ESTADO DE 2018

Como referimos no nosso jornal anterior, no dia **25 de Setembro de 2017**, realizou-se em Lisboa, a reunião da Comissão Executiva da USI, que decidiu apresentar um **caderno de propostas para o OE de 2018** .

No passado dia 9, o Presidente da Comissão Executiva, Paulo Marcos, convocou os Órgãos de Comunicação Social, onde distribuiu uma Nota de Imprensa, que se transcreve na íntegra :

NOTA DE IMPRENSA

A USI - União dos Sindicatos Independentes considera que o Orçamento de Estado para 2018 deverá contemplar um conjunto de medidas essenciais ao crescimento económico e à criação de emprego. O documento que agrega as 12 propostas desta confederação social será entregue oportunamente ao Governo.

Entre as propostas da USI, consta um novo modelo de governação das grandes empresas em Portugal, em linha com as melhores práticas europeias, **que assente na co-gestão em todas as sociedades cotadas em bolsa ou públicas. Para Paulo Marcos, Presidente da USI, «trabalhadores e acionistas podem prevenir a gestão executiva de efetuar investimentos em projetos de elevado risco, suscetíveis de maximizarem lucros de curto prazo».** Para a confederação sindical, as empresas que adotem este sistema de **co-gestão deverão usufruir de uma redução em sede de IRC de 0,1%.**

A conciliação de trabalho e família é essencial para o aumento da produtividade e menor prevalência de doenças associadas ao stress. Nesse sentido, a USI defende **uma maior flexibilização de horários de trabalho e de creches e ensino pré-escolar** e uma diminuição de dias de trabalho (**concentrando horas de trabalho em menos dias**). As empresas que promovam este tipo de flexibilidade deverão ter **uma diminuição de 1% da taxa normal de derrama.**

No setor bancário, a USI propõe que uma fatia de 40% do montante arrecadado com a contribuição extraordinária (72, 8 milhões de euros) seja afeta a um Fundo Especial de Requalificação Profissional para os Bancários. Defende igualmente a criação de um programa específico de estímulo à contratação de desempregados de longa duração com mais de 40 anos, estímulos à criação líquida de postos de trabalho, alargamento dos prazos de vigência da contratação coletiva e revisão do Código de Trabalho.

SUBSÍDIO DE DESEMPREGO COGERIDO POR SINDICATOS SUBSCRITORES

À semelhança do que acontece nos países nórdicos, a **USI propõe que o subsídio de desemprego, em setores abrangidos pela contratação coletiva, seja cogerido pelos sindicatos subscritores do Acordo Coletivo, em conjunto com o IEFP.** Deverá ainda ser contemplado um alargamento do prazo de vigência do subsídio de desemprego para desempregados **com mais de 50 anos e mais de 20 de carreira contributiva.**

➔5

OUTRAS MEDIDAS

A completar o pacote de medidas, a **USI propõe a isenção de IRS e Segurança Social** no montante das **indenizações por RMA, extinção de posto de trabalho, despedimento coletivo** (pagas a trabalhadores até 1,5 X a remuneração efetiva mensal X antiguidade no setor), a alteração de taxas de referência para os rendimentos em espécie, a criação de legislação que permite a sustentação da Segurança Social, a obrigatoriedade do pagamento eletrónico nos canais de distribuição que não tenham assistência humana direta e imediata e o **aumento mínimo no valor de 30 euros para todos os salários, vencimentos e pensões.**

A **USI - Confederação Sindical Autónoma e Independente** e umas das três centrais sindicais do país - tem como bandeiras políticas, na sua atividade social e laboral, **a ética, a qualidade e seriedade no trabalho sindical**, sendo o seu objetivo primordial a intervenção construtiva e responsável na comunidade, privilegiando o **diálogo positivo e eficaz** na sua relação com todos os agentes da sociedade, nomeadamente os poderes públicos e outros parceiros sociais.

Atualmente, agrega 14 filiados de áreas como a banca, ensino, comércio e serviços, energia, transportes, comunicações e construção civil, saúde, entre outras. A USI tem desenvolvido atividades em todos os sectores da chamada economia social, com os Fundos de Pensões, apoio à Terceira Idade, Serviços de Saúde, Mediação de Seguros, etc.

ATIVIDADE SINDICAL
**SICOMP INTERVÉM POSITIVAMENTE
AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES
DA ALTICE/PT/MEO**



DESTAQUES DA NOSSA ACÇÃO EM OUTUBRO DE 2017

TRANSMISSÃO DE EMPRESA OU ESTABELECIMENTO

REUNIÃO COM O GRUPO PARLAMENTAR DO PS

No prosseguimento das iniciativas anteriormente já tidas pelo SICOMP para que venham a ser aprovadas alterações ao Código do Trabalho, que permitam moralizar a aplicação da figura jurídica da Transmissão de Empresa ou estabelecimento, o Grupo Parlamentar do PS concedeu-nos uma audiência, que teve lugar no passado dia **10 de Outubro, da parte da manhã, na Assembleia da República**. Pelo Partido Socialista estiveram a Senhora Deputada **Wanda Guimarães**, Vice-Presidente da 10ª Comissão Parlamentar, a de Trabalho e Segurança Social, e pelo Assessor do GP **João Roseta**, tendo a delegação do SICOMP sido composta pelo Presidente e Vice-Presidente da Direcção Nacional, respectivamente, **Victor Martins** e **Luís Rijo**, e pelo Presidente do Conselho Geral e do Congresso, **Carlos Vicente**.

O SICOMP teve oportunidade de **expressar a necessidade de ser clarificado o conceito de “unidade económica” e de vir a ser consagrado o “direito à oposição” por parte do trabalhador**, entre outras sugestões, baseado na nossa proposta de alteração ao referido regime, de que já demos conhecimento no nosso comunicado **nº 7/17, de 14 de Setembro**.

Recorde-se que o GP do PS é autor de um Projecto de Lei promotor de alterações ao instituto de Transmissão de empresa ou estabelecimento, ao actualmente vertido no Código do Trabalho, a par do **BE, PCP e PAN. ➔6**

SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES DA USP

Ao final da tarde, 17H, do dia 11 de Outubro, no Edifício Picoas, realizou-se uma reunião entre a ALTICE/PT/MEO, representada pelo CCO João Zúquete, DRH Ana Rita Lopes, Luís Silva e Catarina Vicente, e as ERCT (Sindicatos e Comissão de Trabalhadores). O SICOMP esteve representado pelo Presidente do Conselho Geral, Carlos Vicente, e pelo Vice-Presidente da Direcção Nacional, Luís Rijo. Esta reunião tinha como ponto único da agenda fazer o ponto de situação da USP.

A empresa informou haver, naquele dia, **138 trabalhadores** colocados naquela Unidade, sendo que já haviam sido recolocados **28 trabalhadores**, **8 haviam aceite rescindir por mútuo acordo**, e **5 estavam a ponderar da aceitação da cessação do contrato de trabalho também por mútuo acordo**.

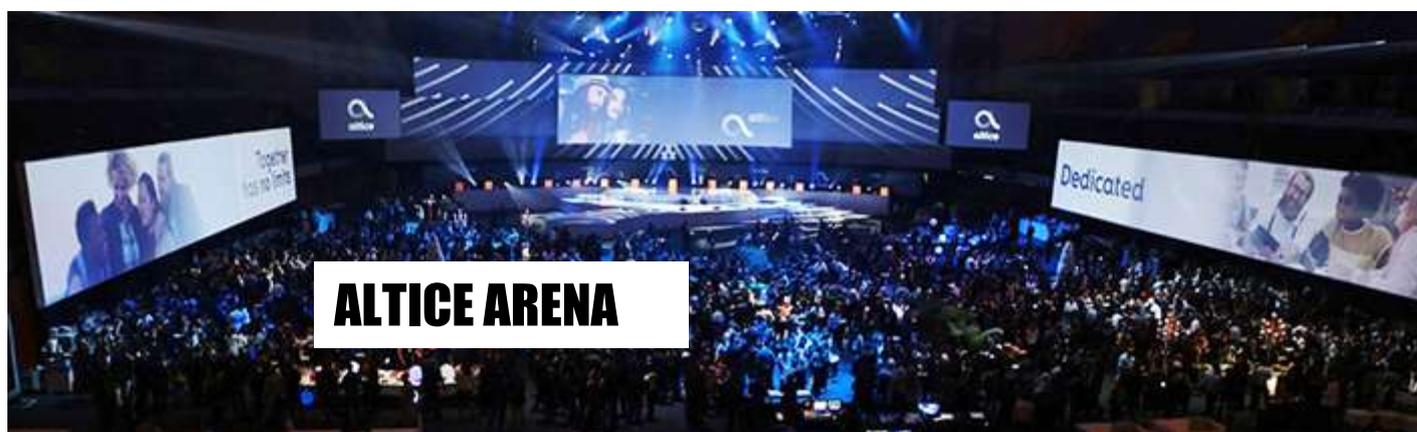
Todas as partes concordaram em contribuir positivamente para a evolução da situação destes trabalhadores, que têm direito ao trabalho e à segurança no emprego, e a empresa o dever de lhes dar ocupação efectiva, sendo que todo o desenrolar dos processos irão sendo monitorizados pela Empresa e pelas ERCT.

De referir que é, no mínimo desagradável, para quem representa os trabalhadores, se empenha na manutenção dos postos de trabalho, e luta pelas melhores condições para os seus representados, ver-se confrontado com notícias na comunicação social, como é exemplo a inserta na **Revista do semanário Expresso de 14 de Outubro**, acompanhada do logótipo da ALTICE, de que **“É infinito o manancial de truques utilizados por algumas empresas na tentativa de afetar a dignidade de quem trabalha. A Altice convida agora os trabalhadores sem funções a não comparecerem no local de trabalho”**. Os clientes, todos, são o suporte de qualquer empregador ou grupo de empresas, a sua razão de existir, e a permissão da sua manutenção no mercado, e aqui a marca sai afectada.

REUNIÃO NA SECRETARIA DE ESTADO DO EMPREGO

Na tarde do dia 10 de Outubro, o SICOMP, representado pelos Presidentes da Direcção Nacional e do Conselho Geral, respectivamente, **Victor Martins e Carlos Vicente**, e pelo Assessor Jurídico da **USI – União dos Sindicatos Independentes, Ramos Lopes**, foi recebido no **Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**. O SICOMP **procurou sensibilizar o Senhor Secretário de Estado** para a urgência da tomada de medidas, nomeadamente quanto às alterações legislativas em curso, para que situações como as que já ocorreram na ALTICE/PT/MEO **não se venham a repetir, pelo aproveitamento feito, “abusivo” da Lei vigente**. Nesta reunião foi também analisado o relatório das acções inspectivas levadas a efeito pela **ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho**, e das irregularidades nele apontadas.

A fim de se ir conjuntamente acompanhando o evoluir das situações, verificadas e a verificar, foi disponibilizado a que mensalmente houvesse uma reunião na Secretaria de Estado.



Na segunda-feira, dia 16 de Outubro, teve lugar em Portugal a reunião anual de quadros do Grupo ALTICE. Nesse dia foi anunciada a **mudança de nome do MEO Arena para ALTICE Arena**. ➔7

À noite, e num encontro-convívio, no já ALTICE Arena, com quadros do Grupo ALTICE/PT/MEO, grandes cliente e fornecedores, para que foram convidadas as ERCT, e em que o SICOMP se fez representar pelos Presidente e Vice-Presidente da Direcção Nacional, **Victor Martins** e **Luís Rijo**, e pelo Presidente do Conselho Geral, **Carlos Vicente** (ver foto), a Presidente da PT/MEO, **Cláudia Goya**, apresentou 7 compromissos que disse ser com “Portugal e os portugueses”.

Destacamos 4 desses compromissos:

- **Investir em redes e infraestruturas, por forma a que Portugal venha a ser o primeiro país com cobertura de fibra quase integral;**
- **Exportar para os vários mercados em que o Grupo está instalado tecnologia portuguesa de fibra óptica desenvolvida nos ALTICE Labs, em Aveiro;**
- **A que a 30 fornecedores de referência portugueses venham a ser abertos alguns mercados internacionais;**
- **A contratação, entre outros, de 500 jovens recém-licenciados, saídos das Universidades portuguesas mais conceituadas.**



O SICOMP manifesta a sua satisfação, *ab initio*, da disposição da ALTICE em contribuir para o desenvolvimento económico de Portugal, e para a empregabilidade dos nossos jovens, onde se verifica a maior taxa de não emprego (à procura de 1º emprego e desempregados). Importa, no entanto, saber como, em que condições, por que forma.

Continuaremos a apoiar se a dignificação do factor humano estiver salvaguardada, pelo factor remuneratório, pela permanência do emprego, pelas mais elementares condutas ético-morais tidas.

CONCLUSÃO

Como **princípio de prudência**, para as boas relações laborais, para um bom e são ambiente no seio das empresas do Grupo ALTICE/PT/MEO, que **as transferências de trabalhadores fruto do “mecanismo” de Transmissão de empresa ou estabelecimento sejam, no imediato, travadas.**

Que as situações de precaridade dos trabalhadores colocados na USP sejam tratadas **com respeito pela pessoa do trabalhador, pelo dignidade do trabalho de cada um, pelo direito constitucional da segurança no emprego.**

Que a estabilidade entre os trabalhadores seja, de novo tida, como um pilar para os grandes objectivos enunciados pela CEO **Cláudia Goya.**

“À mulher de César não basta ser, é preciso parecer.”

SICOMP | UM SINDICATO RIGOROSO E INTERVENTIVO AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES DAS COMUNICAÇÕES



- ✓ REUNIÕES BI-MENSAIS CA/SINDICATOS
- ✓ REVISÃO DO AE 2015
- ✓ ACRÉSCIMO SALARIAL DE € 30,00 MENSAIS PARA TODOS OS TRABALHADORES DO GRUPO RTP

Na reunião da Direção Nacional Executiva do SICOMP - Vice-Presidente, **Susana de Faria** e a Dirigente Executiva **Cristina Fidalgo** representantes da RTP neste órgão do nosso sindicato, foi abordada a actual situação profissional, laboral e social ficando acordado apresentar no princípio de Novembro de 2017, uma proposta de atualização salarial de **€ 30,00 mensais** ao CA da RTP, para entrar em vigor em **1 de Janeiro de 2018**.

Foram debatidas também as questões que estão a ser tratadas nas **reuniões periódicas CA/DRH com os Sindicatos da RTP**, concluindo-se que o SICOMP emitirá um Comunicado próprio com o ponto da situação e as propostas que o SICOMP entende justas para a comunidade laboral da RTP.

ATIVIDADE INTERNA DO SICOMP

Realiza-se no **próximo dia 8 de Novembro de 2017**, a reunião da Direção Nacional do SICOMP, em Lisboa, na sua Sede Nacional, **que debaterá a situação social e laboral no Sector das Comunicações**, bem como discutirá e aprovará o seu **Plano de Actividades e Orçamento para 2018**.

SICOMP

UM SINDICATO RIGOROSO E INTERVENTIVO AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES DAS COMUNICAÇÕES

SINDICALIZA-TE NO SINDICATO MAIS INTERVENTIVO, LIBERTO DAS TUTELAS POLITICO-PARTIDÁRIAS E COM A QUOTIZAÇÃO MAIS BAIXA (0,5% DO VENCIMENTO)

JORNAL DAS COMUNICAÇÕES

PROPRIEDADE | SINDICATO DAS COMUNICAÇÕES DE PORTUGAL

COMPOSIÇÃO E REDAÇÃO | SEDE NACIONAL - Rua António Pedro, 125 A, Cave, Fração B, 1000-037 Lisboa

Tel.218465151 • sicomp.dne@sapo.pt • www.sicomp.com.pt

DIRETOR | Carlos Vicente